

# Folha Nacional

21 DE ABRIL DE 2023 | SEMANAL | ANO 1 | 12ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.folhanacional.pt

## PSD E PS UNEM-SE

## PARA AFASTAR CHEGA DO GOVERNO



Partido Socialista disponível para bloco central caso CHEGA tenha votação muito elevada

“PSD prostituiu-se ao PS em vez de aceitar entendimento à direita”, acusa André Ventura

//PÁG. 04

nacional

### Marcelo devolve outra vez o diploma da eutanásia

//PÁG. 08

nacional

### Associação de ucranianos protesta contra Lula

//PÁG. 09

política nacional

### IVA zero do cabaz de alimentos já está em vigor

//PÁG. 10

entrevista da semana

Filipe Melo

### “As políticas erradas na habitação estão a atirar os cidadãos para as ultraperiferias das grandes cidades”

//PÁG. 06

destaque da semana

### LULA COLOCA-SE AO LADO DA RÚSSIA NA GUERRA CONTRA A UCRÂNIA

CHEGA convoca maior manifestação de sempre para o dia 25 de Abril

//PÁG. 07



## sumário



### 58 arguidos acusados de contrafação de vestuário em Coimbra

// pág. 09



### AT fez buscas em Aveiro e Porto por fraude fiscal

// pág. 10



### “PSD prostituiu-se ao PS em vez de aceitar entendimento à direita”

// pág. 11



### Rússia acusa ucranianos e ONU de bloquearem navios com cereais

// pág. 13



### Treze sindicalistas foram detidos em França após explosão

// pág. 14



### Rali de Portugal na Figueira da Foz deve manter-se no Mundial até 2025

// pág. 15



**Luís Cabral Moncada**  
Professor de Direito

## O Estado redentor e o partido-patrão

Os portugueses desinteressam-se cada vez mais da política. O fenómeno não é exclusivamente nosso. Ora, há razões para que assim seja. A explicação é muito simples. O Estado quer ser o redentor dos pecados dos cidadãos e os partidos que com ele se querem identificar são os acólitos.

O defeito não está nos portugueses em si mesmos mas sim na maneira de fazer política no nosso país e sobretudo na lógica corporativa dos dois partidos maiores. Os políticos do PS e do PSD, no Governo ou na oposição, julgam ter respostas para tudo e consideram-se por tudo responsáveis. Tudo prometem e tudo querem transformar. Logo que chegados ao poder arvoram o partido a instrumento de transformação social e utilizam-no como arma para a perpetuação no poder, indispensável para alimentar as promessas que fizeram. A lógica é assim corporativa, virada para dentro e não para fora. Numa época em que os grandes homens de Estado deixaram de existir porque foram substituídos pelos apparatchiks partidários e em que o carisma do estadista foi posto de lado em prol da legalidade partidária, os novos líderes deixaram de ser a voz dos cidadãos e passaram ser os patrões dos partidos.

O que interessa aqueles partidos é provar que os seus dirigentes são capazes porque fazem promessas e semeiam ilusões e para isso põem e dispõem de uma comunicação social dócil cujo objectivo é anestesiar o cidadão. Neste palco de ilusões ganha quem mais depressa o enganar.

Ora, o cidadão português o que quer é que não que lhe vendam uma ideologia deformadora acavalitada em promessas vãs de transformação e redenção, propagandeadas pelas máquinas partidárias. Há muito que sabe que os partidos maioritários não são de confiança. Começa aqui a explicação para o absentismo político.

Os partidos maioritários estão vocacionados para o Estado e não para os cidadãos. O que importa é ajudar os cidadãos a resolver por si próprios os problemas e alimentar-lhes as perspectivas de exercício das suas liberdades, deixando-

-lhes nas mãos a disponibilidade para isso. A reconciliação dos portugueses com a política passa pela alteração do papel do Estado e pela revitalização da Sociedade Civil. É preciso pôr o Estado português ao serviço dos cidadãos e não pôr estes a trabalhar para engordar o Estado. Razão tinha o Zeca Afonso quando a cantar dizia, embora movido por propósitos muito diferentes; o que faz falta é animar a malta. Só que a malta somos nós, os portugueses médios, e o que faz falta é libertá-los de impostos imorais, de burocracias alimentadas a sucata e de funcionários públicos a mais.

Os partidos políticos não são os representantes únicos dos cidadãos. Os cidadãos representam-se a eles próprios e só condescendem com os eleitos para que estes exerçam o poder estritamente necessário em prol do bem comum dos eleitores que os legitimaram e não deles próprios.

O objectivo deve ser uma política mais modesta, menos salvífica e mais virada para os cidadãos. É tempo de reconhecer que a política dos belos projectos de sociedade acabou e que os aparelhos partidários que pretendem cavalgar a sociedade para a conduzir pelos seus caminhos ideológicos pela mão de uma nomenklatura que foi gerada no seu interior não servem. Nada de admirar que os portugueses se desinteressem da política. Os partidos do arco do poder exigem-lhes obediência em troca de promessas eleitorais protagonizadas pelos cromos que aparecem nas listas. Estes, por sua vez, arrogam-se qualidades fantásticas e conhecimentos profundos das questões a que em boa hora foram chamados. Tudo falso. Tudo oco. Do que a política precisa é de cidadãos comuns a fazer ouvir a sua voz não por intermédio dos partidos mas através de uma Sociedade Civil (sim, com letras maiúsculas) cada vez mais forte e interveniente. Os portugueses não querem ser assalariados daqueles partidos mas sim e apenas cidadãos. Os cidadãos portugueses é que legitimam e representam os partidos políticos, se e enquanto o quiserem, não ao contrário.



**Jorge Pereira**  
Deputado Municipal em  
Vila Nova de Gaia

## A Esquerda e a sua condescendência com a violência islâmica

Quando a 28 de março Abdul Bashir matou a sangue-frio duas mulheres no Centro Ismaili de Lisboa, ferindo também gravemente um professor do centro, o país assistiu a uma tentativa sem precedentes de branqueamento do autor e das motivações deste ato atroz. Numa campanha iniciada nos meios de comunicação, mas rapidamente seguida por dirigentes políticos e os habituais comentadores a soldo do regime, foram-nos impostas duas ideias principais: a primeira, e sem ainda nenhum dado em concreto sobre o que realmente aconteceu, é que não tinha sido um ato terrorista. A segunda, e apelando à emoção das massas, é que o autor era alguém perturbado mentalmente, que tinha perdido a mulher num campo de refugiados na Grécia, pai de dois filhos, numa situação desesperada. Sobre as verdadeiras vítimas, as duas mulheres que morreram, e o professor gravemente ferido, pouco mais se soube do que os seus nomes, numa inenarrável tentativa de desculpabilização do ato e do seu autor.

Mais uma vez, e como vem sendo habitual quando se trata de violência com alguma ligação ao islamismo, os silêncios foram ensurdecidos por parte da esquerda e os defensores das suas principais bandeiras. Onde estavam nesta ocasião os feministas? Onde estavam os defensores das mulheres? Onde estavam os críticos da violência de género? Onde estavam os críticos das culturas machistas que consideram as mulheres meros objetos e acessórios? Alguém os ouviu condenar este ato?

Longe de ser inédita, esta condescendência da esquerda com a violência islâmica, mais ou menos radical, tornou-se um padrão. Basta lembrar a reação de algumas figuras e intelectuais de esquerda aos atentados do 11 de setembro de 2001: José Saramago, Mário Soares, Oliver Stone, Ted Turner, entre muitos outros, mostraram mais condescendência e ambiguidade, na tentativa de justificar tamanha barbárie, do que propriamente uma firme

condenação, como seria de esperar. No atentado de janeiro de 2015 ao «Charlie Hebdo», assim como nos massacres de Paris de novembro do mesmo ano, as reações de certos setores da esquerda não foram muito diferentes, sendo uma das explicações mais recorrentes para tamanha barbárie (149 mortos nos dois ataques e mais de 352 feridos) «a falta de integração da comunidade muçulmana em França e o passado colonial do país»!

Mas, se o islamismo radical e violento representa, e em teoria, a antítese daquilo que a esquerda defende, como explicar esta benevolência e colaboração com este radicalismo islâmico transnacional?

A resposta radica em duas razões principais: a primeira, prende-se com a perda do chamado eleitorado tradicional da esquerda. As classes operárias ao sentirem-se enganadas com as habituais promessas utópicas nunca concretizadas da esquerda, ou então pela sua ascensão social, passaram a votar em outros partidos do espectro político, abrindo um fosso eleitoral que tinha de ser rapidamente substituído por outra classe de «oprimidos» e «deserdados do capitalismo».

A segunda razão é a afinidade ideológica em relação a conceitos típicos de ideologias totalitárias que odeiam o Ocidente e a cultura judaico-cristã: o Estado absoluto, sagrado e todo-poderoso, que elimina de forma arbitrária qualquer oposição. O pós-colonialismo, como explicação falsa do falhanço político-económico e social de diversos Estados. O anticapitalismo e, naturalmente, o multiculturalismo.

É nesta espécie de aliança transnacional, entre a esquerda e a extrema-esquerda, e o islamismo radical, que a Europa enfrenta um dos maiores desafios à sua segurança e identidade cultural. Só a obliteração política destes partidos, e uma política migratória regulada e vigilante, poderá salvar a Europa e o Ocidente de um colapso que pode estar mais perto do que aquilo que muitos pensam.



**Manuel Damas**  
Médico e Professor  
Universitário

## Carta de Londres

Foi bonita a festa, pá! Juntaram-se todos os importantes. Vestiram o fato das grandes ocasiões e das grandes omissões, afivelaram a máscara de pessoa importante, distante e ocupada, puseram a gravata vermelha que se impõe e claro, o cravo... Porque o cravo é que não pode faltar... Mesmo para aqueles que odeiam cravos. Mesmo para aqueles que não gostam de flores. Mesmo para aqueles que, por condição médica, por causa das inúmeras reacções alérgicas que impedem a proximidade a flores e a polens...até esses lá se obrigaram a colocar o cravo. O que iria dizer o Chefe se não houvesse cravo?...

O que diriam os colegas importantes se um, de entre eles, ousasse esquecer o cravo à lapela?

Seria logo olhado de soslaio e com ar crítico. E é sabido que na lista dos olhados de soslaio o mérito não interessa mas apenas as falhas em circunstâncias de relevo. E não usar cravo em Abril é circunstância de relevo. É crime de lesa revolução! Injustificável!

Inaceitável!  
Imperdoável!

E os carros de alta cilindrada lá desfilarão. Todos com motorista. Todos pretos, cinza ou em última opção azul escuro... dependendo da posição ocupada na lista de prioridades na escolha. Mas, todos brilhantes. E a brilhar... E lá foram, na procissão dos carros brilhantes, em fila. A fila dos carros que transportam pessoas importantes.

E fanfarras houve. E muitas. A compasso e a condizer.

Porque festa que é festa...tem que ter fanfarra! E quanto maior é a festa...maior é a fanfarra.

E cruzaram-se, os importantes. E cumprimentaram-se, com o sorriso de ocasião, até porque em datas festivas as animosidades não contam. Nem as invejas. Nem os ódios. Em data festiva todos são amigos. E todos se cumprimentam. E todos se dão os parabéns, do alto do cravo na lapela, como se lá tivessem estado...mas não estiveram. Mas tal não é importante, para a ocasião. E todos se sentaram na grande sala dos atos importantes, no lugarzinho marcado. E todos fizeram um meio sorriso, circunspecto. De ocasião.

Porque eram pessoas importantes. Todos de fato. Todos de gravata vermelha. Todos de cravo. E, após o discurso de pompa e circunstância, todos bateram palmas...mesmo que sem ouvirem ou concordarem ou sequer perceberem os discursos.

O que interessa é estar. Ver e ser visto. O que interessa, mesmo, é fazer parte da procissão. E não destoar. E, no fim, cantarem todos o Hino Nacional. Até os que não sabem a letra. Basta mexer os lábios a preceito. Como se no Festival da Canção ou nos jogos de futebol. Mexer os lábios, a preceito. Mas de pé.

Porque, nos dias importantes, as homenagens devem fazer-se de pé. E com o peito cheio de ar. E com ar empertigado. De pessoas importantes. Com as mãozinhas roliças e papudas, cruzadas, quase singelas, por debaixo da barriga proeminente, em atitude de discreta reverência. E, depois, os intermináveis cumprimentos da praxe. Estudados. Obrigatórios. Sem significado. Mas obrigatórios. Sempre obrigatórios... E, no fim, a saída, em procissão, para chegar ao carro, com o motorista, para ir para a manifestação de circunstância. Ou ir ter com a amante. Ou com o amante. Ou ir para casa... Cá fora, uma criança frágil, pequena, sozinha...estende a mão e murmura, em súplica envergonhada...

Tenho fome. Mas ninguém ouviu. Ninguém quis ouvir. As pessoas importantes, porque cientes e ufanas da sua importância, não precisam de ouvir e ver as circunstâncias incómodas. Acima de tudo porque reais.

Ou não quiseram ouvir. Ou tudo fizeram para não ouvir. São imunes...porque são pessoas importantes. E as pessoas importantes não podem perder tempo com pequenos nada. Porque uma criança com fome...não passa de um pequeno nada. Um detalhe. Uma irrelevância... Foi para isto que se fez Abril?

A revolução não se fez pela Liberdade? Pela Democracia? Pelo Pão?... Quase cinquenta anos depois... Falta cumprir Abril! Mas isso não interessa nada. O importante é que a festa, uma vez mais, correu bem, porque cheia de pessoas importantes. Foi bonita a festa, pá. Apenas...



# PSD E PS UN PARA AFAS CHEGA DO GOV

*O presidente do PSD, Luís Montenegro, proferiu declarações numa entrevista recente à CNN Portugal onde parece rejeitar qualquer coligação de governo, ou apoio parlamentar, com o partido CHEGA.*

**N**essa entrevista, Montenegro desafia o PS a dizer o que fará “se algum dos dois maiores partidos não tiver maioria absoluta” e explicar se está disponível a viabilizar um executivo minoritário do PSD, colocando nas

mãos do PS a responsabilidade de aprovar um governo minoritário social-democrata, excluindo o CHEGA da equação.

Por outro lado, no caso de o partido CHEGA obter uma votação muito expressiva, o PS estará mesmo



# EM-SE

# TAR VERNO



disponível para apoiar uma solução de bloco central, colocando assim em causa o princípio da alternância em democracia.

Acresce ainda que uma fonte do Palácio de Belém, ao que tudo indica, teria informado o jornal Expresso que Marcelo “quer avaliar se Costa já atingiu ponto de não retorno e resistirá a dissolver se alternativa PSD depender do CHEGA”, obrigando Montenegro a demarcar-se do partido de André Ventura.

O líder do CHEGA, perante estas notícias, apelou ao Presidente da República para não ser “oposição à oposição” e desafiou Luís Montenegro a “desamarrar-se” de Marcelo Rebelo de Sousa e a decidir autonomamente sobre soluções de governo à direita. Pediu ainda ao Presidente da República para “deixar claro que em caso de eleições ou de dissolução da Assembleia da República não vai obstaculizar a solução que aritmeticamente parece ser a única possível”.

Entretanto, Ventura foi recebido em audiência por Marcelo Rebelo de Sousa, tendo perguntado diretamente ao Presidente da República se estaria contra uma solução governativa da qual o CHEGA fizesse parte, tendo recebido a garantia deste de que não teria nada a opor.

Já relativamente ao PSD, Ventura não tem dúvidas e acusou o partido de “prostituir-se ao PS em vez de aceitar um entendimento à direita”. “Os mesmos que eles dizem combater, os mesmos que eles dizem ter-nos levado a uma inflação histórica, a um desemprego histórico, a uma impunidade histórica, são os mesmos de quem eles aceitam o apoio para governar caso precisem do CHEGA nessa equação parlamentar. Ou seja, PSD decidiu prostituir-se ao PS em vez de aceitar um entendimento à direita”, criticou Ventura, no seu discurso nas jornadas parlamentares do partido que decorreram em Évora.

O presidente do CHEGA, que deixou as fileiras sociais-democratas para fundar o seu atual partido, disse sentir vergonha de um “PSD que não consegue descolar do PS, que não consegue distinguir-se do PS e não consegue perceber que os tempos mudaram e que é preciso uma mudança estrutural em Portugal”.

“Durante muito tempo, muitos de nós tínhamos pensado que o PSD podia um dia ser um parceiro nessa alternativa de Governo e um parceiro nessa mudança de paradigma. Da minha parte, cada vez estou mais convencido, e agora es-

pecialmente, de que essa alternativa já não pode contar nem com sociais-democratas, nem com liberais, nós temos mesmo que liderar a oposição em Portugal, nós temos mesmo que liderar as eleições para conquistar o Governo de Portugal”, defendeu.

André Ventura estabeleceu como meta “até ao final do ano, até ao primeiro trimestre do próximo ano” o CHEGA “superar o PSD e liderar essa alternativa à direita”.

Na entrevista à CNN Portugal, o presidente do PSD rejeitou que o partido possa fazer acordos de Governo ou ter o apoio de “políticas ou políticos racistas ou xenófobos, oportunistas ou populistas”, o que motivou críticas de André Ventura pelo facto de Montenegro não esclarecer se se referia ao CHEGA, afirmando que “é a direita mais maricas dos últimos anos”. Disse, contudo, que Montenegro “sempre que fala, fala do CHEGA”.

“Nós não estamos a lutar para ser membros do Governo, não estamos a lutar para ser o segundo partido da coligação, nós estamos, nós vamos, nós queremos lutar para ser o partido que vai liderar a coligação de direita em Portugal de oposição ao PS”, declarou.

Sobre o PS, André Ventura afirmou que está “a conseguir agregar todos os outros contra um único partido de oposição no parlamento, que é o CHEGA” e acusou os socialistas de tentarem “desvalorizar o parlamento, os grandes debates, os grandes momentos” e “torná-los em debates menores ou pouco significativos”. “Desvalorizar o parlamento e a democracia tornou-se para o PS uma pedra fundamental da sua ação, porque ao desvalorizar o parlamento desvaloriza a oposição, ao desvalorizar a oposição desvaloriza o sentimento que hoje a maioria dos portugueses tem de que este governo já não serve e já não funciona para aquilo que os portugueses verdadeiramente precisam”, defendeu.

André Ventura considerou ainda que o presidente do PSD “se arrepende a breve trecho” de dizer “que as alternativas são o PS ou uma parte da direita e nunca toda” porque “o que disse aos portugueses foi para não contarem com estabilidade à direita”. “Tudo certo, cada um submete-se ao que se quer submeter, é importante é que não se minta ao país”, salientou.

\*com Agência Lusa



06

## entrevista da semana

Filipe Melo

Deputado à Assembleia da República pelo Partido CHEGA

Filipe Melo nasceu a 12 de agosto de 1981 em Braga. É casado, tem dois filhos e, desde que se tornou deputado, tem dividido as suas semanas entre Braga e a Margem do Sul do Tejo. No que respeita a preferências clubísticas, Filipe Melo torce sempre pelo Benfica.

por Folha Nacional

**Portugal é dos países onde os preços da habitação mais têm subido, com os valores dos imóveis a superarem níveis de cidades como Madrid ou Milão. Como se explica este fenómeno quando temos dos rendimentos mais baixos da UE?**

Embora o preço da habitação tenha subido em todo o País, essa subida não tem sido homogénea territorialmente. As localizações premium (centrais, ribeirinhas e litorais) das áreas metropolitanas do Porto e sobretudo de Lisboa e ainda certas localizações conhecidas no Algarve é que efetivamente igualam e por vezes superam preços que só estávamos habituados a ver em algumas capitais europeias. Nós temos um enorme problema de habitação em Lisboa e no Porto que são cidades extremamente apetecíveis no contexto internacional. O segmento premium arrasta consigo a subida de preços e, aos poucos, a classe média portuguesa vai ficando para trás na “competição” com cidadãos de classe média de outras nacionalidades. A completar o cenário de tempestade perfeita, assistimos a uma carga fiscal tremenda no imobiliário da ordem dos 40% e a dificuldades intrínsecas ao sector da construção, como o aumento dos preços das matérias-primas, a crescente e contínua escassez de mão de obra qualificada e, mais recentemente, o aumento das taxas de juro num contexto de inflação como não assistíamos há décadas e a dificuldade no acesso ao crédito.

**A pandemia veio generalizar o teletrabalho, permitindo que as pessoas se fixem nos diversos pontos do globo, trabalhando remotamente, com ordenados muito superiores à média dos países onde se fixam. Podemos afirmar que este fator tem feito subir o preço dos imóveis no nosso país?**

Não só, mas também! Portugal é uma economia aberta e não pode nem deve fechar a porta a profissionais qualificados com capacidade financeira que nos procuram para aqui viver e trabalhar. Mesmo os nómadas digitais ao adquirir uma habitação pagam uma avultadíssima quantia de impostos que o Estado encaixa. O problema é que os cidadãos portugueses, fruto de políticas erradas e apostas estratégicas erradas durante as últimas décadas, viram a sua condição financeira degradar-se progressivamente, não conseguindo acompanhar a escalada de preços e sendo relegada cada vez mais para as periferias e ultraperiferias.



**“Há em Portugal uma bolha de crescente carência económica e de incapacidade financeira para a maioria dos cidadãos”**

- Filipe Melo

**Podemos considerar que existe uma “bolha imobiliária”?**

O problema é outro: nós temos uma bolha de crescente carência económica e de incapacidade financeira para a maioria dos cidadãos portugueses de classe média, mas sim, em inúmeras cidades e vilas do interior ocorre o fenómeno de bolha imobiliária. No fundo, a problemática da habitação tem de ser analisada tendo em conta a dinâmica demográfica e sócio económica. Esses fatores são essenciais para tomarmos agora as opções de desenvolvimento regional se quisermos começar a resolver o problema. E vai demorar muitos anos!

**O Governo apresentou há cerca de um mês o “Programa Mais Habitação” para fazer face à dificuldade que os cidadãos têm tido no acesso à habitação. Como avalia as medidas deste programa?**

São medidas de propaganda, apenas e só. Basta olharmos para o resultado da sondagem realizada recentemente em que 62% dos

portugueses consideram que este pacote de medidas não vai resolver os problemas na habitação.

Este pessimismo não surpreende e há ainda o facto de que não se percebe a sustentação legal, mormente constitucional, que está a ser considerada pelo Governo, dado a sua pretensão de utilizar as empresas prestadoras de serviços essenciais (água, energia e telecomunicações), que estão sujeitas a regras de proteção de dados, a dever de sigilo e de confidencialidade, a apresentarem relatórios anuais ao Governo e aos municípios sobre imóveis que se encontrem devolutos. E existe ainda um vazio no que concerne à futura situação que resultará de se esgotar o valor disponibilizado pelo PRR. O que deveria ser feito era definir e aplicar políticas que promovam transformações profundas e concentradas no tempo, através de intervenções cujo impacto deverá decorrer da coerência e persistência de medidas estruturais.

**Que políticas públicas devem ser adotadas de forma a ter imóveis acessíveis para**

**os cidadãos portugueses?**

Nós consideramos fundamental ajustar a atual Lei de Bases da Habitação à nova realidade, com a atribuição ao Estado da obrigação de fiscalização do uso efetivo, prudente e necessário por parte de quem beneficia de habitação pública, assegurando a disponibilidade de habitação para quem efetivamente necessitar dela.

Existe, aproximadamente, 12% de casas em Portugal que não estão a ser usadas, sendo que uma percentagem delas propriedade do Estado. Pelo que deve ser priorizada uma gestão eficiente destes imóveis, os que não estão a ser usados devem ser disponibilizados às famílias carenciadas e o que estão a ser usados, devem ser sujeitos a verificação no sentido de perceber se o vínculo com os seus beneficiários se deve manter.

**Medidas como o fim dos “vistos gold” podem baixar os preços da habitação?**

Não, de todo. Em termos de transações imobiliárias, em 2022, apenas mil imóveis foram adquiridos por investidores portadores de visto gold, perante 168 mil imóveis vendidos em Portugal.

Conclui-se, que a correlação entre o Visto Gold e o fenómeno da especulação imobiliária é aparente e irrealista, pelo que esta decisão do Governo, configura uma medida desajustada e precipitada, que só incrementa mais desconfiança e conseqüente instabilidade no mercado imobiliário, que já vem vivendo um momento de incerteza.

**Que políticas deveriam ser adotadas de forma a dinamizar o mercado de arrendamento?**

No respeitante ao mercado de arrendamento, no que concerne a incrementar a apetência e a confiança dos senhorios para colocarem neste mercado casas devolutas, com implícita execução de obras de reabilitação, implica a definição de soluções que tenham como base a promoção de linhas de crédito e benefícios fiscais, mormente a isenção de IRS sobre rendimentos prediais. Em vez disso, vemos o Governo a defender a aplicação do Arrendamento Forçado, numa atitude arrogante, mas simultaneamente acobardada, quando passa essa responsabilidade para os municípios, fugindo assim aos potenciais cenários de polémica e litigância nos tribunais.

A resposta a este problema está na elaboração de um enquadramento legal que se configure em regras transparentes e duradouras para o arrendamento, que se enquadrem numa estratégia de longo prazo e que retire aos investidores a “obrigação” de se substituírem ao Estado no desempenho da função social, que inequivocamente é da sua estrita competência.





# Lula coloca-se ao lado da Rússia na guerra contra a Ucrânia

O CHEGA está a organizar a “maior manifestação de sempre contra um Chefe de Estado em Portugal” e que terá lugar no dia 25 de Abril, a partir das 09h00 em frente à Assembleia da República, pois é o dia em que Lula da Silva será recebido no Parlamento.

com Agência Lusa

O Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, colocou-se, esta semana, ao lado das posições defendidas pela Rússia no que diz respeito à guerra contra a Ucrânia.

Em declarações aos jornalistas em Pequim, na China, Lula da Silva acusou os Estados Unidos da América de “encorajar a guerra” que começou a 24 de fevereiro de 2022 quando a Rússia invadiu o território ucraniano, e defendeu que a União Europeia tem de “começar a falar de paz”.

“Os Estados Unidos devem parar de encorajar a guerra e começar a falar de paz, a União Europeia deve começar a falar de paz”, afirmou.

Depois de proferidas estas declarações, muitos foram os que reagiram no imediato, criticando as palavras de Lula da Silva. Da parte do CHEGA, André Ventura deixou claro que “Lula da Silva deve ser condenado pela sua proximidade com a Rússia, com a China e pela sua incapacidade de ver o sofrimento que o seu aliado Vladimir Putin está a causar ao povo ucraniano”.

O presidente do terceiro maior partido português destacou ainda a “hesitação” de Lula da Silva em “condenar as ditaduras sul-americanas que tanta dor e tanta pobreza têm causado”, lembrando que a “história da corrupção portuguesa está intimamente ligada à história da corrupção de Lula da Silva, através de José Sócrates”.

Por isso, garantiu André Ventura ao Fôlha Nacional, o CHEGA está a organizar a “maior manifestação de sempre contra um Chefe de Estado em Portugal” e que terá lugar no dia 25 de Abril, a partir das 09h00 em frente à Assembleia da República, pois é o dia em que Lula da Silva será recebido no Parlamento. Ainda como protesto, o Grupo Parlamentar do CHEGA submeteu na Assembleia da República um voto de condenação pelas declarações profe-

ridas por Lula da Silva.

Quem também se pronunciou sobre as declarações do presidente brasileiro sobre a Ucrânia foi a Associação dos Ucranianos em Portugal.

“A comunidade ucraniana está a preparar uma carta que vai entregar, quando Lula visitar Portugal no 25 de abril”, afirmou o responsável pela As-

**“Lula da Silva deve ser condenado pela sua proximidade com a Rússia, com a China e pela sua incapacidade de ver o sofrimento que o seu aliado Putin está a causar ao povo ucraniano”**

sociação dos Ucranianos em Portugal. Pavlo Sadokha revelou ainda que “estamos a pensar em fazer uma manifestação, cujo local ainda não determinámos, para demonstrarmos a nossa posição”. “Esperamos que o Presidente Marcelo [Rebello de Sousa] e o primeiro-ministro, António Costa, tentem mudar esta posição do Presidente

Lula”, acrescentou o responsável.

Para Pavlo Sadokha, a posição de Lula da Silva mostra “apoio” aos regimes totalitários como a Rússia e a China e frisa que não compreende a posição do Partido Socialista.

“No domingo assistimos a várias declarações de vários partidos e não percebemos esta posição do PS. Eles concordam com as declarações de Lula”, disse ressaltando que “até agora” os políticos portugueses ajudaram a Ucrânia.

Pavlo Sadokha recordou que o primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal visitaram zonas da Ucrânia “onde soldados russos cometeram crimes considerados como crimes de guerra” e, por isso, podem explicar ao Presidente do Brasil “o que realmente está a acontecer”.

Pavlo Sadokha disse ainda que os ucranianos em Portugal esperavam “mais apoio” do Brasil onde reside, afirmou, “uma enorme comunidade” de cidadãos da Ucrânia.

Depois de toda a polémica, Lula da Silva mudou forçosamente de opinião, pelo menos em público, dizendo que se opõe à “violação da integridade territorial” da Ucrânia.



# Preços elevados não permitem a um em cada 10 comprar fármacos



por **Agência Lusa**

Um em cada 10 portugueses não comprou no ano passado alguns dos medicamentos prescritos pelo médico por causa do custo, um valor que aumentou face ao ano anterior, segundo um estudo divulgado esta semana. De acordo com o Índice de Saúde Sustentável, desenvolvido pela Nova Information Management School (Nova IMS), 89% dos portugueses tomaram algum medicamento prescrito por um médico em 2022, mas o custo dos medicamentos fez com que 10% tivessem optado por não comprar algum dos fármacos prescritos. Globalmente, os utentes continuam a considerar o preço do Serviço Nacional de

Saúde (SNS) adequado, mas também têm uma perceção do valor das taxas moderadoras que é superior ao valor real, não sabendo que, nalguns casos, estas já não são pagas.

Como exemplo, o estudo apresenta o valor real e o percecionado pelos utentes das taxas moderadoras em diversos serviços. As consultas com médico de clínica geral ou médico de família no centro de saúde já não são pagas, mas os utentes continuam a achar que custam um valor próximo dos 3€, o mesmo acontecendo nas consultas externas / especialidade nos hospitais públicos, que estimam custar 7€.

É no estado de saúde e na qualidade de vida que a eficácia do SNS tem maior expressão, na ótica do utente,

que considera a eficácia dos medicamentos (76) superior à dos cuidados de saúde recebidos (73,3).

O estudo, que foi apresentado em Lisboa, indica que a maioria dos portugueses faz uma avaliação positiva do seu estado de saúde, com 74% a considerarem que é “bom” ou “muito bom”. No entanto, este valor é inferior ao de 2021 (77%). O trabalho, desenvolvido em colaboração com a AbbVie, Diário de Notícias e TSF, avalia não só a evolução da sustentabilidade do SNS, mas também o SNS do ponto de vista do utilizador.

Identifica pontos fracos e fortes, bem como possíveis áreas prioritárias de atuação e os contributos económicos e não económicos.



COMENTÁRIO DA SEMANA

## O IVA zero é um mero placebo

Sem a adoção de uma medida complementar de controlo e limitação das margens de lucro dos operadores de mercado, o IVA Zero é um mero placebo. Se fizermos um pouco de revisionismo histórico rapidamente percebemos que, no caso espanhol, a isenção do IVA nos bens alimentares não teve qualquer efeito prático porque as distribuidoras acomodaram a isenção do imposto na sua margem de lucro. Não é o CHEGA, mas o BCE que defende que as margens de lucros das empresas aumentaram, quando, por via do aumento dos custos, deveriam estar a diminuir, o que significa que as subidas de preço, que contribuem para o agravamento da taxa de inflação, estão a servir para aumentar os rendimentos das empresas à custa da perda de compra dos consumidores. Mesmo o próprio Governador do BdP, Mário Centeno, já tinha alertado, no final do ano passado, que as subidas de preços vão “em muitos casos para além daquilo que se poderia esperar face ao que são as pressões inflacionistas vindas da oferta”, tendo apelado às empresas para moderarem a melhoria das margens de lucro. Prevenir a especulação de preços em produtos alimentares não deve ser tratada como uma mera marca ideológica da esquerda ou da direita, mas sim como uma importante matéria de interesse nacional.

por  
**Rui Afonso**  
Deputado à  
Assembleia  
da República  
pelo CHEGA



# Marcelo devolve ao Parlamento diploma da eutanásia, outra vez

com **Agência Lusa**

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, vetou, na quarta-feira, o quarto diploma do parlamento que despenaliza a morte medicamente assistida, pedindo ao parlamento que clarifique dois pontos.

Numa nota publicada no site oficial da Presidência da República lê-se que o Chefe de Estado “decidiu devolver à Assembleia da República, sem promulgação, o decreto nº 43/XV, sobre a morte medicamente assistida”.

No mesmo documento refere-se que o “Presidente debruça-se, apenas, sobre o aditamento introduzido nesta nova versão, que vem considerar que o do-

ente não pode escolher entre suicídio assistido e eutanásia, pois passa a só poder recorrer à eutanásia quando estiver fisicamente impedido de praticar o suicídio assistido”.

“Como sempre referiu, o Presidente da República entende que em matéria desta sensibilidade não podem resultar dúvidas na sua aplicação, pelo que solicitou à Assembleia da República que clarificasse estes dois pontos, tanto mais que se trata de uma solução não comparável com a experiência de outras jurisdições”, acrescenta a nota divulgada.

Já na carta que Marcelo Rebelo de Sousa enviou ao Parlamento lê-se que o Chefe de Estado solicita “à Assembleia da República que pondere cla-



© Presidência da República

rificar quem define a incapacidade física do doente para autoadministrar os fármacos letais, bem como quem deve assegurar a supervisão médica durante o ato de morte medicamente assistida”, lê-se na carta que o chefe de Estado dirigiu ao parlamento. O Presidente da República argumenta, assim, que “numa matéria desta sensibilidade e face ao brevíssimo debate parlamentar sobre as duas últimas alterações, afigura-se prudente que toda a diluição conceptual seja acautelada, até pelo passo dado e o seu carácter largamente original no direito comparado”. Este é o quarto diploma do parlamento sobre a morte medicamente assistida e, pela quarta-vez, é vetado pelo Presidente da República.



# Associação de ucranianos prepara carta e protesto contra Lula da Silva

por Agência Lusa

A Associação dos Ucranianos em Portugal está a preparar uma carta que pretende entregar ao presidente do Brasil durante a visita a Portugal, admitindo a realização de uma manifestação para demonstrar indignação, disse à Lusa Pavlo Sadokha.

“A comunidade ucraniana está a preparar uma carta que vai entregar, quando Lula [da Silva] visitar

Portugal no 25 de abril e também estamos a pensar em fazer uma manifestação, cujo local ainda não determinámos, para demonstrarmos a nossa posição. Não concordámos com o que Lula disse”, afirmou o responsável pela Associação dos Ucranianos em Portugal.

Recorde-se que Lula da Silva defendeu no sábado, no final de uma visita à República Popular da China, que os Estados Unidos devem parar de “encorajar a guerra” na Ucrâ-

nia e a União Europeia deve “começar a falar de paz”.

Para o presidente da Associação dos Ucranianos em Portugal, a posição de Lula da Silva mostra “apoio” aos regimes totalitários como a Rússia e a República Popular da China e frisa que não compreende a posição do Partido Socialista. Pavlo Sadokha recordou que o primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal visitaram zonas da Ucrânia “onde soldados russos cometeram crimes considerados como crimes de guerra” e, por isso, podem explicar ao Presidente do Brasil “o que realmente está a acontecer”.

“Esperamos que isso vai acontecer”, disse Sadokha acrescentando que os políticos portugueses podem convencer o Presidente Lula e explicar que foi a Federação da Rússia que começou a guerra contra a Ucrânia e que “não é assim tão simples” terminar o conflito com um acordo de paz”.



© DR



© DR

## 58 arguidos acusados de contrafação de vestuário em Coimbra

por Agência Lusa

O Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Coimbra acusou 58 arguidos, sete dos quais empresas, de crimes de fraude e branqueamento num caso relacionado com comércio de vestuário e calçado contrafeitos. Aos arguidos, são imputados, entre outros, crimes como fraude de mercadorias, venda, circulação ou ocultação de produtos contrafeitos, branqueamento e associação criminosa, revelou o Ministério Público (MP) de Coimbra, em nota divulga-

da no seu ‘site’. “Os factos reportam-se, além do mais, à produção e comercialização, em grande escala, de artigos de vestuário e calçado contrafeitos, sem conhecimento e autorização dos titulares das marcas registadas que eram colocadas nos produtos”, sublinhou.

Os produtos eram inclusivamente exportados, nomeadamente para França e Espanha. De acordo com a nota do Ministério Público, os arguidos terão agido num quadro “de uma estrutura organizada, sendo os proveitos, assim obtidos, dissimulados, por vezes com remessas de nu-

merário por encomendas postais”. Noutras situações, terão usado “empresas dedicadas a transferências de dinheiro, com recurso a resgates por terceiros, ou ainda com disseminação de depósitos em contas bancárias tituladas por terceiros”, referiu. “A par com esta atuação, ocorria, nalguns casos, a omissão de proveitos, sendo imputada a prática de crimes de fraude fiscal”, salientou o Ministério Público de Coimbra.

A investigação esteve a cargo do Destacamento de Ação Fiscal de Coimbra da Guarda Nacional Republicana, em colaboração com a AT.

## Valor pago para Casa da Cidadania indigna CHEGA

A Câmara Municipal de Lagoa, no Algarve, adjudicou, a 16 de fevereiro deste ano, a empreitada para a construção da Casa da Cidadania. O problema está no valor pelo qual a obra foi adjudicada: 1 578 317 euros. Este valor levou a concelhia do CHEGA em Lagoa a escrever uma carta aberta na qual critica duramente a decisão da autarquia de gastar este valor na empreitada. Na missiva, o CHEGA mostra “total indignação e repúdio pelo facto de o município ter contratualizado a empreitada de construção da Casa

da Cidadania pelo gritante e astronómico valor de mais de 1,5 milhões de euros”. O CHEGA recorda que em abril do ano passado a Assembleia Municipal havia votado contra esta proposta e, por isso, considera que “é intolerável e inadmissível” que a Câmara avance com o projeto. “A concelhia do CHEGA considera chocante que o município gaste mais de 1,5 milhões de euros num edifício grotesco cuja utilidade para a população é quase nula. Este é mais um caso de dinheiro mal aplicado”, lê-se na carta.

## PSD denuncia dívida do PS à Câmara de Viana do Castelo

O PSD na Câmara de Viana do Castelo denunciou, esta semana, que o PS possui uma dívida à autarquia, num valor “inferior a mil euros”, que remonta a 2019.

O assunto foi abordado pelo vereador do PSD em reunião ordinária do executivo municipal sobre os relatórios e prestação de contas de 2022 da autarquia e dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo, que recolheram os votos contra de PSD e do CDS-PP e a abstenção da CDU, tendo os cinco elementos do PS

votado favoravelmente. O vereador social-democrata afirmou ter encontrado “algumas surpresas” no relatório e contas do município, entre elas a dívida do PS, que o atual presidente da Câmara e líder da concelhia socialista, Luís Nobre, “não soube justificar”. Segundo o vereador do PSD, “a dívida remonta a julho de 2019”, desconhecendo “se se trata de uma dívida de campanha eleitoral à época para as eleições legislativas ou se é atividade do próprio PS concelhio, distrital ou nacional”.



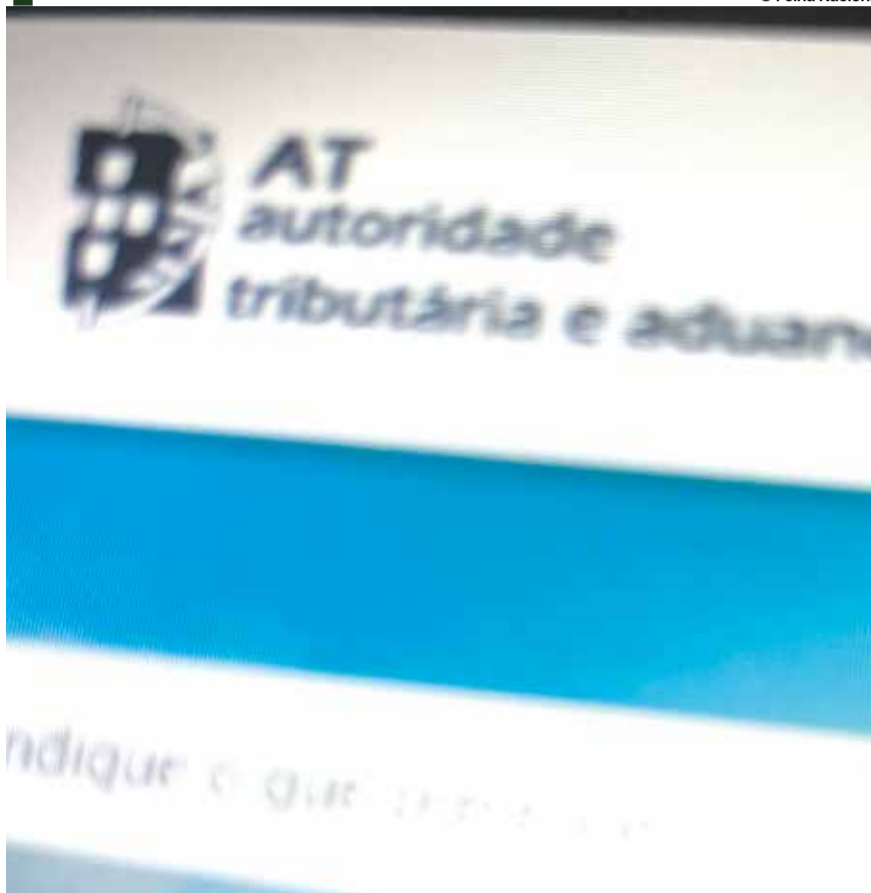


# Autoridade Tributária fez buscas em Aveiro e Porto por fraude fiscal

© Folha Nacional

por Agência Lusa

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) realizou várias buscas nos distritos de Aveiro e Porto, no âmbito de um processo de fraude fiscal que terá lesado o Estado em 2,5 milhões de euros, tendo constituído dois arguidos. Em comunicado, a Autoridade Tributária esclareceu que no âmbito de um processo-crime que corre termos no Departamento Investigação e Ação Penal (DIAP) de Santa Maria da Feira, cumpriram na sexta-feira, nos concelhos de Santa Maria da Feira, Ovar e Maia, cinco mandados de busca não domiciliárias, por suspeitas da prática do crime de fraude fiscal qualificada. “Sob suspeita estão empresas angariadoras de contratos de telecomunicações de uma multinacional estrangeira e fornecimento de energia de empresa portuguesa, que terão alegadamente construído um esquema de simulação de operações, com utilização de faturação falsa, no valor aproximado de dois milhões e meio de euros de imposto em falta – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)”, refere a mesma nota. A Autoridade Tributária referiu



ainda que, no âmbito destas diligências, foram constituídos dois arguidos, sendo-lhes determinada como medida de coação o termo de identidade e residência e apreendida documentação

tida como relevante para prova dos ilícitos em causa. Nesta ação estiveram envolvidos 30 inspetores tributários e aduaneiros e 11 militares da Guarda Nacional Republicana.

## Encargos com juros vão ultrapassar 7.300 ME no próximo ano

por Agência Lusa

O Governo prevê um agravamento dos encargos com juros nos próximos anos, apontando para 5.895 milhões de euros este ano e para mais de 7.300 milhões de euros no próximo, segundo o Programa de Estabilidade. No Programa de Estabilidade para o período 2023-2027, divulgado na página da Assembleia da República e remetido à Comissão Europeia, o Ministério das Finanças destaca que “a subida generalizada das taxas de juro terá um impacto materialmente relevante na despesa a suportar nos próximos anos”, apesar de “as taxas de juro das novas emissões da República continuam a ser inferiores às taxas das Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e Empréstimos Oficiais que se vencerão em 2023 e 2024”. Neste cenário, o Governo prevê que os encargos anuais com juros subam mais 5.985 milhões de euros do que apontava em abril do ano passado, e para 7.357 milhões de euros no próximo ano, mais 2.345 milhões de euros do que no PE 2022-2026.

# Medidas do IVA zero de cabaz de alimentos já entraram em vigor

por Agência Lusa

A medida que isenta de IVA um cabaz de 46 alimentos considerados essenciais entrou na passada terça-feira em vigor, dispondo o retalho alimentar de 15 dias para refletir esta isenção nos preços de venda ao público. A lista de produtos alimentares que passarão a estar isentos de IVA - na sequência de um pacto tripartido assinado entre o Governo e os setores da produção e da distribuição alimentar - inclui legumes, carne e peixe nos estados fresco, refrigerado e congelado, assim como arroz e massas, queijos, leite e iogurtes e frutas como maçãs, peras, laranjas, bananas e melão, três tipos de leguminosas, ou ainda, entre outros, bebidas e iogurtes de base vegetal. Os produtos foram escolhidos tendo em conta o cabaz de alimentação saudável do Ministério da saúde e os dados das empresas de distribuição

sobre os produtos mais consumidos pelos portugueses. Esta medida, que visa combater os efeitos da alimentação no rendimento das famílias, estará em vigor até ao final de outubro, com o Governo a estimar que terá um contributo de 0,2% na redução da taxa de inflação em 2023. Apesar de o retalho alimentar dispor de até 15 dias para refletir no preço de venda aos consumidores a redução de 6% para 0% na taxa do IVA naquele cabaz de 46 produtos (dois dos quais incluídos durante a fase de discussão no parlamento). Num comunicado enviado às redações, esta semana, o Aldi anunciou que “o PVP [Preço de Venda ao Público] final sem IVA estará visível através de etiquetas de preço especiais, com indicação -- “artigo IVA 0%” --, de forma que os clientes possam facilmente identificar estes produtos nas prateleiras,



© DR

bem como o preço final a pagar, dispensando cálculos adicionais e simplificando, assim, a sua experiência de compra. A cadeia de origem alemã, Aldi, afirma que pretende implementar assim a medida “de forma clara e transparente”. Questionado sobre a medida, no final do Conselho de Ministros extraordinário de segunda-feira, o primeiro-ministro, António Costa, referiu esperar que todos cumpram a sua parte, referindo-se ao pacto para a estabilização e redução de preços dos bens alimentares assinado entre o Governo, a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) e a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP).



# Certificados de incapacidade vão ser emitidos por urgências e privados

© Portugal/GOV

por Agência Lusa

O Ministério da Saúde está a trabalhar com a Segurança Social para que os certificados de incapacidade temporária possam ser passados nas urgências dos hospitais e também pelos médicos privados, anunciou o diretor executivo do SNS.

“Não faz sentido fazer que o doente, depois de ir às urgências, tenha de se deslocar ao seu centro de saúde para pedir o Certificado de Incapacidade Temporária [CIT]”, disse Fernando Araújo, que falava na abertura da apresentação do Índice de Saúde Sustentável, desenvolvido pela Nova Information Management School (Nova IMS), no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Fernando Araújo disse ainda que outra das medidas em preparação é o alargamento dos prazos dos CIT: “há doentes que, por exemplo, tiveram um AVC e que já sabem que vão ficar mais tempo sem poder trabalhar. Não faz sentido tam-

bém obrigá-los a ir todos os meses ao centro de saúde”.

O diretor executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS) apontou diversas medidas em preparação e outras já aplicadas para melhorar o funcionamento dos serviços públicos de saúde, falando de uma “revolução silenciosa” no SNS, designadamente em termos de organização, como a extinção das Administrações Regionais de Saúde.

O Índice de Saúde Sustentável conclui que o investimento no SNS em 2022 permitiu um retorno de 7,8 mil milhões de euros para a economia, graças ao impacto dos cuidados de saúde no absentismo e na produtividade.

Segundo os dados divulgados, este retorno foi superior (mais 300 milhões) ao valor apurado em 2021 (7,5 mil milhões).

A perceção dos utentes quanto à evolução do SNS na última década é positiva, mas esta ideia não é acompanhada pelo julgamento que fazem dos tempos de espera para consultas, exames e urgên-



cias, que consideram ter piorado. Segundo o Índice de Saúde Sustentável, 38% considera que, relativamente ao que

se passava há 10 anos, o SNS está melhor, mas as listas de espera não tiveram uma evolução positiva.

# “PSD prostituiu-se ao PS em vez de aceitar entendimento à direita”, acusa André Ventura

© Folha Nacional

por Agência Lusa

O presidente do CHEGA acusou o PSD de “prostituir-se ao PS em vez de aceitar um entendimento à direita” e considerou existir “uma clara combinação” entre o Presidente da República e os sociais-democratas.

André Ventura transmitiu estas posições no discurso com que abriu as terceiras jornadas parlamentares do CHEGA, que decorreram em Évora. Ventura aproveitou para comentar a entrevista do presidente do PSD à CNN Portugal, na qual Luís Montenegro desafiou o PS a dizer o que fará “se algum dos dois maiores partidos não tiver maioria absoluta” – e afirmou que o líder do PSD prefere governar com o PS a fazê-lo com o CHEGA.

“O mesmo que eles dizem combater, o mesmo que eles dizem ter-nos levado a uma inflação histórica, a um desemprego histórico, a uma impunidade histórica, é o mesmo de que eles aceitam o apoio para governar caso precisem do CHEGA nessa equação parlamentar. Ou seja, PSD decidiu prostituir-se ao PS em vez de aceitar um entendimento à direita”, criticou.

O presidente do CHEGA, disse sentir vergonha de um “PSD que não consegue descolar do PS, que não consegue distinguir-se do PS e não consegue perceber que os tempos mudaram e que é preciso uma mudança estrutural em Portugal”.

André Ventura estabeleceu como meta “até ao final do ano, até ao primeiro trimestre do próximo ano” o CHEGA A “superar o PSD e liderar essa alternativa à direita”.

Na entrevista à CNN, o presidente do PSD rejeitou que o partido possa fazer acordos de Governo ou ter o apoio de “políticas ou políticos racistas ou xenófobos, oportunistas ou populistas”.

“Estas palavras do PSD, sendo ou não para o CHEGA, existe uma clara combinação entre o Presidente da República e o PSD”, afirmou Ventura, admitindo que Marcelo Rebelo de Sousa “pode não querer o CHEGA no Governo, o PSD também pode não querer o CHEGA no Governo, mas a vida é o que é”. “E não somos nós que decidimos o que acontece”, comentou.

O líder do CHEGA criticou Montenegro por não esclarecer se se referia ao Chega na entrevista, afirmando que “é à direita mais maricas dos



últimos anos”. Disse, contudo, que Montenegro “sempre que fala, fala do CHEGA”. Sobre o PS, André Ventura afirmou que está “a conseguir agregar todos os outros contra um único partido de oposição

no parlamento, que é o CHEGA” e acusou os socialistas de tentarem “desvalorizar o parlamento, os grandes debates, os grandes momentos” e “torná-los em debates menores ou pouco significativos”.



# Montenegro diz que IVA zero tem efeito inexistente ou simbólico

por Agência Lusa

O presidente do Partido Social Democrata (PSD), Luís Montenegro, defendeu que a medida do IVA zero em alguns produtos tem um efeito inexistente ou “meramente simbólico”, considerando que Governo tem “uma política fiscal errada” e deveria antes reduzir o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS).

Em declarações aos jornalistas no Mercado da Brandoa, no âmbito da iniciativa “Sentir Portugal”, esta semana dedicada ao distrito de Lisboa, Luís Montenegro disse

já ter alertado para “as falsas expectativas” que iriam ser criadas com a medida que isenta de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) um cabaz de 46 alimentos considerados essenciais e que entrou esta semana em vigor, dispondo o retalho alimentar de 15 dias para refletir esta isenção nos preços de venda ao público. “Comprovei que não só o efeito não se fez sentir como em alguns produtos houve quem me transmitisse que os preços subiram ontem”, alertou, lamentando que não tenha havido capacidade de monitorização desta situação. Por outro lado, reforçou, a medida



© Facebook/PPD-PSD

tem “um efeito meramente simbólico”, já que se trata de “pouco dinheiro e poucos produtos”.

“Há dois países: o dos ‘power-point’ do dr. António Costa e do dr. Fernando Medina, que tem grande embelezamento e números muito pomposos, e depois o outro mundo, o mundo real, que não acompanha o primeiro”, afirmou.

Para Luís Montenegro, não é pela redução do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) em alguns dos produtos que as pessoas vão ter mais “dinheiro no bolso”, considerando que “a política fiscal do Governo é errada”.

“Eu não escondo, eu defendo como medida fiscal mais eficiente a descida dos impostos sobre os rendimentos do trabalho. Se as pessoas pagarem menos Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), vão ter mais dinheiro disponível, mais poder de compra”, defendeu.

Recorde-se que a medida que isenta de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) um cabaz de 46 alimentos considerados essenciais que entrou em vigor na passada terça-feira, que dispõe o retalho alimentar de 15 dias para refletir esta isenção nos preços de venda ao público.

# Instituições devem ter “mecanismos de prevenção” de assédio

por Agência Lusa

O secretário de Estado do Ensino Superior defendeu hoje que todas as instituições de ensino superior devem ter mecanismos de prevenção de casos de assédio, bem como canais de denúncia e atuação do ponto de vista sancionatório.

À entrada para uma cerimónia que assinalou, esta tarde, em Coimbra, os 54 anos da Crise Académica de 1969, promovida pela Associação Académica de Coimbra, Pedro Nuno Teixeira realçou a importância de as instituições de ensino superior terem canais de denúncia, como “a grande maioria já começa a ter”.

“Que tenham uma capacidade para desencadear mecanismos de avaliação imparcial dessas situações e, se esses factos se verificarem, que tenham uma atuação do ponto de vista sancionatório que seja ade-

quada”, acrescentou.

Segundo o secretário de Estado do Ensino Superior, a recomendação do governo é de que todas as instituições de ensino superior criem e disponibilizem estes mecanismos.

“Espero que todas, se não o fizeram, que o façam rapidamente, porque acho que é muito importante, até para preservar o bom nome e a dignidade de todas as instituições e de todos aqueles que fazem parte da comunidade do ensino superior”, sustentou. Pedro Nuno Teixeira, que se escusou a comentar casos particulares de assédio, considerou, no entanto, que “as coisas têm de correr o seu processo normal”.

“Nós não temos toda a informação e, portanto, temos que aguardar, porque, sendo acusações graves, é preciso que elas sejam avaliadas com serenidade e com profundidade, para garantir que a conclusão é justificada”, apontou.



© Sítio da República Portuguesa

Três investigadoras que passaram pelo Centro de Estudos Sociais (CES) denunciaram situações de assédio e violência sexual num capítulo do livro intitulado “Má conduta sexual na Academia – Para uma Ética de Cuidado na Universidade”, publicado pela editora internacional Routledge. As autoras do capítulo, a belga Lie-

selotte Viaene, a portuguesa Catarina Laranjeiro e a norte-americana Myie Nadya Tom, estiveram no CES, como, respetivamente, investigadora de pós-doutoramento (com uma bolsa Marie Curie) e estudantes de doutoramento.

Os investigadores Boaventura Sousa Santos e Bruno Sena Martins aca-

baram por ser suspensos de todos os cargos que ocupavam no CES, até ao apuramento das conclusões da comissão independente que a instituição está a constituir para averiguar as acusações de que são alvo. Após surgirem notícias sobre o capítulo, os dois investigadores negaram todas as acusações.



# Deputado Tobias Ellwood acusa governo britânico de encobrir o “ato de guerra” russo

© <https://www.tobiasellwood.com>

por Agência Lusa

O deputado conservador britânico Tobias Ellwood, presidente da comissão parlamentar sobre Defesa, acusou esta semana o Governo de ter encoberto e minimizado a seriedade de um possível “ato de guerra” russo contra um avião britânico em setembro. Documentos secretos do Pentágono difundidos nas últimas semanas na sequência de uma fuga revelaram que um caça russo disparou sobre um avião britânico sobre o Mar Negro em 29 de setembro, e que o aparelho britânico esteve “perto de ser abatido”.

Os documentos em questão indicaram que o piloto russo interpretou mal a informação de um operador de radar como luz verde para disparar, e que o míssil falhou o alvo devido a um problema técnico.

Um mês após o incidente, o Ministro da Defesa britânico, Ben Wallace, disse no parlamento que um avião russo “lançou um míssil nas proximidades” de um avião britânico e descreveu o episódio como uma interação “potencialmente perigosa”.

Numa pergunta urgente feita na passada terça-feira, na Câmara dos Comuns, Ellwood argumentou que o incidente era mais grave do que o ministro admitiu, e descre-



veu-o o mesmo como um possível “ato de guerra”, cujos pormenores “deveriam ser publicados e não escondidos em relatórios dos serviços secretos”. O deputado conservador, questionou

o Governo sobre se “um SU-27 (caça) russo tentou deliberadamente disparar um míssil contra um (avião) Rivet Joint da Força Aérea britânica sobre o Mar Negro em setembro passado”.

O secretário de Estado da Defesa, James Heappey, respondeu que o executivo não podia comentar os relatórios secretos veiculados nas redes sociais e nos meios de comunicação social.

# Rússia acusa ucranianos e ONU de bloquearem navios com cereais

por Agência Lusa

A Rússia culpou esta semana a Ucrânia e as Nações Unidas pelos problemas nas inspeções de navios que transportam cereais no Mar Negro, que estão a provocar um bloqueio no envio de mais de um milhão de toneladas de cereais.

“Atualmente, no Centro Conjunto em Istambul [da Iniciativa dos Cereais do Mar Negro] foram assinaladas dificuldades com o registo de novo navios e a realização de inspeções”, afirmou a porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, Maria Zakharova. De acordo com a Rússia, estes problemas “surgem apenas como resultado das ações de representantes ucranianos, bem como de membros da ONU, que, aparentemente, não querem ou não os podem resolver”.

Zakharova sublinhou que a Rússia propôs adicionar navios às listas do registo de embarcações permi-

tidas para atender aos países mais necessitados, particularmente as nações africanas, e aqueles que aguardam carregamentos de cereais há mais de um mês.

Segundo a porta-voz russa, a Ucrânia respondeu com hostilidade.

Maria Zakharova sublinhou que “os ucranianos primeiro bloquearam o processo de registo e depois interromperam todas as inspeções, incluindo dos navios que partiam [dos portos ucranianos]. São 27 navios com 1,2 milhão de toneladas de carga a bordo”. Todos os navios que exportam cereais dos portos ucranianos devem ser inspecionados por especialistas em águas turcas, tanto à entrada quanto à saída. “Como resultado destas ações, a percentagem de destinatários de alimentos ucranianos em países carentes caiu para o nível mínimo. Dos 28,3 milhões de toneladas de cereais exportados, apenas 742.000 ou 2,6 por cento chegaram”, denun-



© DR

ciou a porta-voz. Zakharova lamentou que a Europa e os Estados Unidos acusem a Rússia de quebrar as suas promessas de fornecer cereais aos países mais necessitados e de bloquear 50 navios no Mar Negro. Na passada sexta-feira, o secretário-geral da ONU, António Guterres, escreveu à Ucrânia, Rússia e Turquia para manifestar a sua preocupação com os problemas na aplicação do acordo. A chamada Iniciativa dos Cereais do Mar Negro envolve verificações marítimas de carga por funcionários da ONU, russos, ucranianos e turcos para garantir que apenas alimentos – e não armas – estejam a ser transportados. A Iniciativa dos Cereais permitiu aliviar a crise alimentar mundial e parte do impacto do aumento global dos preços dos alimentos desencadeados pela ofensiva militar russa na Ucrânia.



# Treze sindicalistas foram detidos em França após explosão

por Agência Lusa

Treze sindicalistas franceses foram detidos esta semana após um dispositivo de gás que transportavam ter explodido no exterior da Prefeitura da região de Marselha, em França.

O incidente ocorreu pouco depois das 14:00 locais, quando uma carrinha descarregou dezenas de contadores de gás usado diante do portão da Câmara Municipal local, um dos quais explodiu pouco depois. A explosão verificou-se quando vários agentes da polícia se dirigiam ao veículo para impedir a descarga, um dos quais foi ligeiramente atingido pelos fragmentos do rebentamento, indicaram as autoridades policiais regionais.

A carrinha arrancou imediatamente e tentou a fuga, mas foi perseguida por vários agentes, que conseguiram detê-la várias centenas de metros à frente.

De seguida, os agentes procederam à detenção das 13 pessoas que estavam no interior da carri-

na, os quais vão responder por crimes de desobediência à autoridade e associação criminosa. A ação foi reivindicada pela secção de energia do sindicato CGT em Marselha.

A "CGT Energy Marseille" justificou tratar-se de uma ação "simbólica e pacífica" perante a Prefeitura, numa atitude "contra a reforma" das pensões.

Ao contrário da versão policial, a CGT negou ter havido "qualquer tipo de explosão", alegando que "13 camaradas foram injustamente detidos".

A França tem vindo a atravessar uma grave crise social e política desde janeiro motivada pela reforma das pensões aprovada pelo governo de Emmanuel Macron.

Este protesto prende-se com o aumento da idade mínima de reforma de 62 para 64 anos, algo a que se opõem firmemente todos os sindicatos, que até à data já organizaram 12 dias de protestos e greves nacionais e tencionam continuar com as mobilizações no futuro.



# Juan Carlos I de regresso a Espanha e com ele a polémica em torno da monarquia

por Agência Lusa

O ex-rei de Espanha Juan Carlos I voltou esta semana ao país, mas à revelia do filho e atual monarca, Felipe VI, que queria evitar polémicas em torno da coroa em período eleitoral. Juan Carlos I, envolto em suspeitas de corrupção e outras polémicas relacionadas com comportamentos considerados desrespeitosos das instituições espanholas, vive exilado nos Emirados Árabes Unidos desde 2020 regressando agora ao seu país. Fontes da Casa Real disseram que Felipe VI tinha pedido ao pai para regressar este ano a Sanxenxo, para as regatas de que é fã, só depois das eleições municipais e regionais de 28 de maio, para não haver o risco de a coroa e o futuro da monarquia se transformarem num assunto dos comícios da campanha eleitoral.

O governo, através da ministra porta-voz, a socialista Isabel Rodríguez, já disse que a visita é de "âmbito privado", mas acrescentou que o executivo já "manifestou em múltiplas ocasiões a sua opinião" em relação "à conduta do rei emérito" e continua a ser a mesma.

Já o maior parceiro dos socialistas

na coligação de governo, o Podemos (extrema-esquerda) considerou na segunda-feira uma "indecência democrática" o regresso de Juan Carlos I a Espanha, que nunca "prestou contas em sede judicial das suas malfetorias" e aos cidadãos do país.

E uma das vice-presidentes do governo, a ministra do Trabalho e dirigente comunista, Yolanda Díaz, além de insistir em que faltam explicações e desculpas de Juan Carlos I, entrou no terreno que Felipe VI, precisamente, queria evitar e, numa entrevista à televisão La Sexta no domingo à noite, reafirmou que é republicana e que o futuro da monarquia tem de entrar no debate público. Os analistas e peritos na monarquia espanhola concordam que o debate sobre o futuro da monarquia se aproxima e será inevitável, pois a atual herdeira do trono, Leonor de Borbón, atingirá a maioridade em outubro deste ano e será necessário mudar a Constituição, que atualmente dá prioridade aos homens sobre as mulheres nos direitos sucessórios.

Essa alteração da Constituição exige um referendo nacional, o que colocará a questão da monarquia no centro do debate público.



© Facebook | Juan Carlos I



## Sábado há Festival taurino em Sto. António das Areias

por **Folha Nacional**

A praça de touros de Santo António das Areias, em Portalegre, recebe, este sábado, dia 22 de abril, o Festival Taurino de beneficência da Casa do Povo de Santo António das Areias. No Festival Taurino de Santo António das Areias estarão em praça os cavaleiros João Moura, Marcos Bastinhas, Gonçalo Fernandes, Luis Rouxinol Jr, Joaquim Brito Paes, Francisco Maldonado Cortes bem como o matador Manuel Dias Gomes. Presentes vão ainda estar os grupos de forcados amadores de Portalegre, Alter do Chão e académicos de Elvas. Os lucros deste festival vão reverter a favor da casa do povo de Santo António das Areias.

## Rali de Portugal na Figueira da Foz deve manter-se no Mundial até 2025

por **Agência Lusa**

O Rali de Portugal deverá manter-se no calendário do Mundial, pelo menos até 2025, revelou o presidente do Automóvel Club de Portugal (ACP), durante a apresentação da edição deste ano, marcada pelo regresso à Figueira da Foz.

A 56.ª edição da prova começa a disputar-se no centro do país, na sexta-feira, 12 de maio, com passagens duplas pelos troços em Lousã, Góis, Arganil e Mortágua, antes da estreia na Figueira da Foz.

No sábado, 13 de maio, o rali encaminha-se para norte e às classificativas em Vieira do Minho, Amarante, Felgueiras e à superespecial em Lousada, decidindo-se no domingo, 14 de maio, após as passagens por Paredes, Fafe e Cabeceiras de Basto.

## Cineasta João Canijo premiado em Festival Internacional

por **Agência Lusa**

O português João Canijo venceu, esta semana, o prémio de melhor realizador no Festival de Cinema Internacional do Uruguai, divulgou a Cinemateca Uruguia, em Montevideu, que organizou o evento. O filme 'Mal Viver' já tinha vencido, no final de fevereiro, o Urso de Prata para prémio do júri do 73.º Festival de Cinema de Berlim.

O filme é, segundo a sinopse, "a história de uma família de várias mulheres de diferentes gerações, que arrastam uma vida dilacerada pelo ressentimento e o rancor, que a chegada inesperada de uma neta vem abalar, no tempo de um fim de semana". O filme estreia nas salas portuguesas a partir de 11 de maio de 2023.

# Benfica sai dos 'quartos' da Liga dos Campeões apesar de empate

© Facebook | SLB



por **Folha Nacional**

O Benfica falhou, na quarta-feira à noite, o apuramento para as meias-finais da Liga dos Campeões de futebol, ao empatar 3-3 na visita ao Inter Milão, em jogo da segunda mão dos quartos de final, em Milão.

A equipa portuguesa entrou em campo em desvantagem, uma vez que havia perdido, na semana passada, no Estádio da Luz, por duas bolas a zero.

O primeiro golo da equipa italiana foi apontado aos 14 minutos por Barella na sequência de um erro de Otamendi que perdeu a bola numa luta com Dzeko que passou a bola para Lautaro Martínez. Na sequência da jogada, Martínez passou a Barella que devolveu ao argentino,

voltando a receber a bola e atirando para golo com o pé esquerdo. Vlachodimos não teve hipótese e o Inter Milão adiantou-se no marcador. O empate surgiu aos 38 minutos de jogo na sequência de um cruzamento de 'régua e esquadro' de Rafa que colocou a bola na cabeça de Aursnes. As duas equipas foram para o intervalo empatadas a uma bola, mas com o Inter na frente da eliminatória.

A segunda parte começa com novo golo dos italianos, aos 66 minutos, por Lautaro Martínez, e novamente a equipa da casa a marcar aos 78 minutos por Joaquin Correa. O Benfica, que não teve vida fácil nesta eliminatória, ainda procurou dar a volta ao resultado e marcou mais dois golos empatando a partida. Primeiro, aos 86 minutos, Grimaldo, na sequência de

um livre, cruzou para a área com António Silva a ganhar nas alturas e a cabecear para o golo. Depois, e já no tempo de compensação, aos 90+5, Peter Musa rematou forte com o pé esquerdo e atirou para o fundo da baliza italiana. O jogo terminou com um empate a três bolas, mas com o Inter Milão a carimbar a passagem para a fase seguinte da competição onde vai defrontar o seu grande rival, AC Milan. Apesar de ter ficado pelo caminho, o Benfica conseguiu, ainda assim, um encaixe financeiro de 72 milhões de euros. Roger Smith tem agora tempo para se concentrar no campeonato nacional, uma vez que as últimas derrotas da equipa 'encarnada' deixaram o FC Porto cada vez mais perto, estando atualmente a apenas quatro pontos do líder Benfica.



# Últimas

## Venda da TAP vai contribuir para sustentabilidade das finanças públicas

O ministro das Finanças, Fernando Medina, afirmou na quarta-feira que a privatização da TAP irá certamente contribuir para a sustentabilidade das finanças públicas, garantindo que o Governo procura a melhor solução estratégica para a venda da companhia aérea. Questionado sobre se a privatização da TAP irá contribuir para a sustentabilidade das finanças públicas, o governante considerou "que irá certamente, até porque a própria lei é clara relativamente à afeção das receitas das privatizações".

## Juiz Ivo Rosa desiste da candidatura ao cargo de Procurador Europeu

O juiz Ivo Rosa desistiu da candidatura ao cargo de Procurador Europeu, numa decisão que chegou pouco antes da sua audição na Assembleia da República, deixando, assim, o procurador José Ranito como único candidato. Fonte ligada ao processo confirmou à Lusa que a decisão do juiz – que enfrenta atualmente dois processos disciplinares no Conselho Superior da Magistratura – foi comunicada na manhã de quarta-feira à Comissão de Assuntos Europeus, onde estava prevista a sua audição perante os deputados.

## Jovens baixam as calças à frente de Costa no aniversário do PS









Quatro jovens, que gritaram palavras de ordem pela "ação climática", interromperam a sessão de abertura das comemorações dos 50 anos da fundação do PS. Neste protesto, três dos quatro jovens mostraram as nádegas, onde estava escrita a palavra "ocupa". O incidente ocorreu depois de o líder socialista, António Costa, ter inaugurado na sede nacional do PS, uma exposição e de ter lançado um selo oficial alusivo ao 50º da fundação do partido. Os jovens foram retirados por elementos da segurança da PSP.

## CHEGA fará queixa ao MP se Governo não enviar parecer








O líder do CHEGA afirmou na quarta-feira que irá entregar uma denúncia no Ministério Público caso o ministro das Finanças continue a recusar entregar à comissão de inquérito o parecer sobre a demissão por justa causa da CEO da TAP. No entanto, André Ventura alertou Fernando Medina que "se não entregar pedidos pela comissão de inquérito à TAP", o seu partido "entregará uma denúncia no Ministério Público, estando em causa o crime de desobediência", uma vez que o pedido "está no âmbito da comissão".

## Meteorologia

### NORTE

 sexta-feira 21/04 10° 19°	 sábado 22/04 11° 18°	 domingo 23/04 8° 21°	 seg.-feira 24/04 10° 22°
 ter.-feira 25/04 11° 24°	 qua.-feira 26/04 12° 23°	 qui.-feira 27/04 13° 22°	 sexta-feira 28/04 13° 22°

### CENTRO E SUL

 sexta-feira 21/04 12° 19°	 sábado 22/04 12° 21°	 domingo 23/04 12° 26°	 seg.-feira 24/04 13° 28°
 ter.-feira 25/04 14° 29°	 qua.-feira 26/04 15° 28°	 qui.-feira 27/04 16° 27°	 sexta-feira 28/04 15° 27°

## MANIFESTAÇÃO

**LUGAR DE LADRAO É NA PRISÃO**

EM FRENTE À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

09H00  
25 DE ABRIL

NÃO QUEREMOS LULA DA SILVA EM PORTUGAL



publicidade

## Desporto 28ª JORNADA DA LIGA BWIN

22ABR

20h30 Est. Capital do Móvel



P. Ferreira F.C. Porto

23ABR

18h30 Estádio da Luz



S.L. Benfica Estoril

24ABR

20h15 Est. D. Afonso Henriques



Vitória S.C. Sporting C.P.

## Insólito

### Uma sorte do ....



© DR

**N**egligência, má interpretação de dados, erro de análise ou até mesmo aselhece – podem ser estes os motivos que levaram à amputação indevida do pénis de um paciente italiano em novembro de 2018, no Hospital San Donato, em Arezzo. Num mundo "progressista" onde há quem peça para perder o seu pequeno órgão, há também aqueles que o perdem, supostamente, por caducidade! Um diagnóstico apontava para um tumor maligno num paciente de 60 anos de idade que, por sua vez, se viu obrigado a ser submetido a uma cirurgia para impedir a propa-

gação do cancro. Após aquela que terá sido uma cirurgia bem-sucedida, na ótica do médico, acabou por ser o pior pesadelo para este homem quando soube que perdera um amigo de longa data por engano. Segundo análises preliminares ao fálico inanimado, concluiu-se que nenhum perigo este representava à sua saúde e que tudo não passara de um pequeno mal-entendido. O infortunado exigiu uma compensação financeira e já foi ouvido sobre o caso a 9 de março, em Arezzo. É caso para dizer que teve uma sorte do ...

por  
**Ricardo Dias Pinto**  
Sub-Diretor  
do Folha  
Nacional



Capture o código QR e acompanhe online >



**N**

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA. NUMA PREMÍSSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM RESPEITO PELA DIGNIDADE HUMANA, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICA-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUB DIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUIZ, Nº 12, 1200-725 LISBOA SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 5 000 UNIDADES